PLANO DE ENSINO - DEP DIRGV

NOME DA DISCIPLINA	CÓDIGO
Português	DPR038GV

EMENTA

Concorrentemente à aquisição de conhecimentos jurídicos, é de se desejar de um estudante ou estudioso do direito e, principalmente, de um profissional que atua na área forense, o aprimoramento de sua expressão e do uso da linguagem que utiliza para propor seus argumentos para defender suas ideias de justiça. O estudo da Língua Portuguesa revela-se então uma necessidade premente que possibilita ao usuário habilidades quer na aquisição de informações, por meio das leituras, participação em aulas, seminários, conferências, mesas redondas, congressos, quer nas discussões de grandes temas de Direito quer na exposição de argumentos jurídicos, por escrito ou oralmente.

PROGRAMA

1. O texto jurídico

1.1 O que é uma boa escrita;
1.1.1 A escrita jurídica;
1.1.2 Uma questão técnica: a inércia;
1.1.3 Perigo de trabalhar com os modelos.

2. Considerações sobre a linguagem

2.1 Teoria da comunicação;
2.2 Elementos da comunicação;
2.3 Requisitos para uma boa mensagem;
2.4 Linguagem e língua;
2.5 Língua falada e língua escrita;
2.6 Funções da linguagem.

3. Vocabulário jurídico

3.1 Por que o vocabulário jurídico;
3.2 Denotação e conotação;
3.3 Sentido unívoco, equivoco e análogo;
3.4 Homônimos, parônimos, neologismos, estrangeirismos, expressões latinas, gírias, palavras de baixo calão, pleonasmos, arcaísmos;
3.5 Ambiguidades;
3.6 Erros crassos;
3.7 Recursos gráficos (aspas, etc. sic);

4. Em busca da qualidade do texto

4.1 Por onde começar (plano da mensagem, dicas para escrever bem);
4.2 Organização dos parágrafos;
4.2.1 Ordenação por causa e consequência;
4.2.2 Ordenação por tempo e espaço;
4.2.3 Ordenação por comparação ou contraste;
4.2.4 Ordenação por enumeração;
4.2.5 Ordenação por explicitação;

5. Como obter clareza

5.1 Leis da legibilidade;
5.2 Redundância: um pecado a ser evitado;
5.3 Inteligibilidade;
5.3.1 Palavras que contribuem para a obscuridade;
5.3.2 Posicionamento correto das palavras;
5.3.3 Cuidado com as palavras centopeica e labirinto.

6. Como obter concisão

6.1 É possível o texto jurídico ser conciso?;
6.2 O ajuste entre o pensamento e a linguagem;
6.3 A concisão e a capacidade de síntese;
6.4 Forma elegante da escrita e adjetivos;
6.5 Coesão e coerência.

7. Modalidades de texto e sua aplicação no português forense

7.1 Narração;
7.2 Descrição;
7.3 Dissertação;
7.4 A dissertação argumentativa e o discurso jurídico;
7.5 Estrutura da dissertação argumentativa;
7.6 Elaboração da dissertação argumentativa;
7.7 Principais elementos da argumentação;
7.8 Etapas do Plano padrão da argumentação formal.

8. Peças Processuais

8.1 Petição
8.2 Contestação
8.3 Recurso
8.4 Parecer

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOLD, Mirian e SEGAL, Marcelo. *Português Instrumental para Cursos de Direito* (como elaborar textos jurídicos). São Paulo: Pearson Education Brasil Ltda., 2012.

AZEREDO. José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2012.

MARTINS, Dileta Silveira, ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. *Português Instrumental* (de acordo com as atuais normas da ABNT). São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em Prosa Moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

TERCIOTTI, Sandra Helena. *Português na Prática* (para cursos de graduação e concursos públicos). São Paulo: Saraiva, 2012.

01 **Às coordenações respectivas:**

Aprovado em reunião de Departamento

em //

Chefe de Departamento